

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO DO BRASIL

Class.: 46

Data 23/04/87

Pg.:



Mesmo sem representantes na Constituinte, os índios querem assegurar lugar na nova Constituição

Índios tentam expulsar todos os maus espíritos

Um grupo de representantes da União das Nações Indígenas (UNI), que representa 180 tribos brasileiras, passou o dia de ontem no Congresso Nacional, e aproveitaram a oportunidade para realizar uma cerimônia destinada a expulsar "os maus espíritos" da Constituinte. A pajelança aconteceu no gabinete do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O grupo esteve no Congresso Nacional para entregar ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, um documento com as suas principais reivindicações a fim de que sejam debatidas e aproveitadas como sugestões na elaboração da nova Constituição. O coordenador da UNI, Ailton Krenak, informou que o documento pede, principalmente, o reconhecimento por parte das autoridades dos direitos

históricos das nações indígenas, que passa pela demarcação das terras, pela garantia do usufruto dos recursos naturais existentes nesses territórios e pelo respeito aos projetos futuros das nações indígenas. O documento não pôde ser entregue ao senador Mário Covas, de imediato, porque ele não se encontrava em seu gabinete, mas somente o deputado Ivo Lech (PMDB-RS), presidente da Submis-

são dos Negros, populações indígenas, deficientes físicos e minorias, responsável pelo Texto Constitucional que trata da questão indígena. Ivo Lech informou aos representantes da UNI que o documento servirá como importante subsídio para os trabalhos da subcomissão que vai levar em consideração as reivindicações das tribos brasileiras contidas na proposta encaminhada ontem.

Boa vontade com indígenas

Ontem foram índios e professores do Distrito Federal. Hoje, serão cerca de 1.000 crianças. Amanhã, ninguém sabe. O certo é que diariamente a Assembléia Nacional Constituinte vem sendo invadida pelas mais diferentes delegações, caravanas e representantes da sociedade civil brasileira que desejam garantir seus direitos na nova Carta Constitucional brasileira. São os chamados lobbies de massa, bem diferentes, dos "lobbies" econômicos que preferem trabalhar na surdina, na calada da noite oferecendo jantares, presentes refinados e, em último caso, gordos pacotes de dólares.

Preocupado com o que chamou de "cerco e penetração" da sociedade civil à Constituinte, o primeiro secretário da mesa, deputado Marcelo Cordeiro, responsável pela ponte entre o poder popular e o poder constituinte apresentará na próxima reunião da mesa diretora um ato normativo que garante uma boa recepção aos líderes da sociedade que queiram debater seus problemas na Constituinte:

"Desejamos apenas nos antecipar, absorvendo desde logo a grande massa de contribuições populares à Constituinte. Aliás, nós só temos que nos beneficiar com este cerco da sociedade civil. Isso, irá enriquecer a Carta constitucional, dar-lhe base popular", explicou o primeiro secretário.

Ontem, por exemplo, cerca de 60 índios xavantes, terenas, canoeiros e caxinauas passaram todo o dia no Congresso Nacional entregando às principais lideranças partidárias uma proposta de anteprojeto de texto constitucional com um capítulo relativo às populações indígenas. No início da tarde, depois de muito perambular, os índios, tendo à frente o assessor para assuntos indígenas do Ministério da Cultura, Marcos Terena, foram finalmente recebidos pelo senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte:

"Faremos todos os esforços - disse o senador Mário Covas após receber a proposta indígena - para que a Carta constitucional absorva os conceitos e as determinações da causa indígena. Desde o tempo do MDB que temos o compromisso com a defesa das terras dos índios brasileiros. Agora, então, este com-

promisso passou a ter um significado histórico".

Após ouvir denúncias do cacique Alexo Kraô, de Goiás, e do xavante Augusto, do Mato Grosso, o senador Mário Covas encaminhou os índios à Subcomissão das Populações Indígenas, dos Negros, dos Deficientes Físicos e das Minorias, onde eles realizaram um debate com os deputados Olívio Dutra, Vitor Buaiz, Alcemir Guerra e José Carlos Sabóia, além do senador Almir Gabriel, relator da Comissão de Ordem Social.

Quase ao mesmo tempo, cerca de dois mil professores do curso secundário de Brasília concentraram-se no gramado em frente ao Congresso Nacional exigindo da Constituinte uma solução para a greve que já dura vários dias. Uma parcela dos professores foi convidada a ocupar as galerias da Câmara dos Deputados onde ouviram de líderes de diversos partidos uma palavra de solidariedade. De concreto mesmo, nada ficou resolvido.

Hoje, a Constituinte receberá, às 16 horas, a visita de cerca de 1.000 crianças brasileiras, vindas de diversos pontos do País para entregar um documento aos constituintes. Representantes de uma entidade intitulada "Embaixada da Paz" ficaram decepcionados como deputado Ulysses Guimarães que não permitiu às crianças pendurar a bandeira da paz entre os dois prédios de 23 andares. A bandeira da "Embaixada da Paz" tem 21 metros de comprimento, é toda azul com a palavra "Paz" escrita em branco.

"Foi uma atitude muito antipática do Dr. Ulysses", queixava-se Mário Andrade, um dos coordenadores da Embaixada da Paz e membro da Comissão Nacional Criança-Constituinte. Ele procurou ontem à noite o senador Mauro Benevides e o ministro Renato Archer para que ambos convencessem o deputado Ulysses Guimarães a permitir a colocação da bandeira.

"A bandeira é linda e as crianças ficarão felizes", prosseguiu Andrade. A bandeira já foi estendida na estátua do Corcovado, no Rio. "Não sei por que o Dr. Ulysses ainda tem essa visão estreita das participações populares", estranhou.

Juruna queixa-se do ostracismo

Mesmo sem ter participação efetiva no documento entregue, ontem, à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Mário Juruna compareceu ao Congresso Nacional e disse que não foi consultado para nada. Dizendo-se credenciado para falar em nome dos povos indígenas do Brasil, Juruna se mostrou indignado com a União das Nações Indígenas (UNI) e lamentou que a proposta encaminhada para a Constituinte "tenha sido feita por quem não conhece o Índio".

Para o ex-deputado, que segundo se diz não conhece o documento, essa proposta não satisfaz as reais necessidades do povo indígena. Na sua versão, Juruna afirma que "sertanistas e indigenistas não foram consultados. Houve má fé". Acrescentou ainda que o coordenador da UNI, Ailton Krenak e Marcos Terena, vivem na cidade. "Não conhecem o problema do índio nas aldeias", salientou, ironizando que a sede da União das Nações Indígenas fica em São Paulo. "Não nas aldeias", frisou.

Mas espera que haja um movimento no qual ele seja ouvido, porque, reafirma, é credenciado para tal. "Cujas propostas, realmente partindo da população indígena e de quem conhece seus



Juruna queria ser consultado

problemas, cheguem até o Congresso e certamente a elaboração da nova Constituição". Embora tenha ficado à margem da construção deste documento, Juruna mandou um aviso aos membros da UNI, dito no ouvido de Krenak: "Vamos conversar. Não gostei nada disso". O cacique Juruna quase não foi

cumprimentado pelos representantes das oito Nações Indígenas que

compareceram ao ato de entrega da proposta. Mesmo assim, ele disse que "os índios foram trazidos inocentemente: nem sabem para que vieram", e criticou o pronunciamento de Raoni, que se disse amigo do presidente Sarney. "Raoni não pode ficar por aí, falando que é amigo de políticos e de Sarney", argumentou o ex-parlamentar, que se recusou a falar sobre suas relações com o PDT.